

Ventos de São Jorge Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Ventos de São Jorge Holding S.A.
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Jorge Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Jorge Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como



necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou



condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Ativos						Passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.624.456	22.308.733	28.666.555	36.489.390	Fornecedores e outras contas a pagar	9	31.641	-	56.784.882	11.219.233
Contas a receber e outros créditos	5	1.445	580	15.287.742	4.040	Compensação ambiental	12	-	-	3.217.043	-
Impostos a recuperar	4	442.201	149.250	1.516.621	701.466	Debêntures	10	-	-	601.682.679	487.125.853
Despesas antecipadas		-	-	87.163	75.477	Obrigações sociais		-	-	113.303	26.792
Total do ativo circulante		2.068.102	22.458.563	45.558.081	37.270.373	Obrigações fiscais	11	2.303	13.317	5.317.179	1.714.215
Despesas antecipadas		-	-	-	92.947	Total do passivo circulante		33.944	13.317	667.115.086	500.086.093
Investimentos	6	167.257.598	130.337.359	-	-	Patrimônio líquido	13				
Imobilizado	7	9.625	112.601	787.071.627	607.461.021	Capital social		185.330.000	158.100.000	185.330.000	158.100.000
Intangível	8	2.812.261	3.892	6.599.020	8.160.850	Prejuízos acumulados		(13.216.358)	(5.200.902)	(13.216.358)	(5.200.902)
Total do ativo não circulante		170.079.484	130.453.852	793.670.647	615.714.818	Total do patrimônio líquido		172.113.642	152.899.098	172.113.642	152.899.098
Total do ativo		172.147.586	152.912.415	839.228.728	652.985.191	Total do passivo e patrimônio líquido		172.147.586	152.912.415	839.228.728	652.985.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	15	-	-	35.463.112	-
Custos operacionais	16	-	-	(10.739.911)	-
Lucro bruto		-	-	24.723.201	-
Resultado com equivalência patrimonial	6	(8.144.392)	(4.007.154)	-	-
Despesas gerais e administrativas	17	(907.779)	(1.647.975)	(12.494.135)	(6.675.341)
Outras despesas operacionais	17	1.881	-	2.023.072	-
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(9.050.290)	(5.655.129)	14.252.138	(6.675.341)
Receitas financeiras	18	1.059.795	1.008.563	1.538.994	2.052.589
Despesas financeiras	18	(24.961)	(3.883)	(23.806.587)	(27.697)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		1.034.834	1.004.680	(22.267.594)	2.024.892
Prejuízo do exercício		(8.015.456)	(4.650.449)	(8.015.456)	(4.650.449)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(8.015.456)	(4.650.449)	(8.015.456)	(4.650.449)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(8.015.456)</u>	<u>(4.650.449)</u>	<u>(8.015.456)</u>	<u>(4.650.449)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

		<u>Capital</u>		<u>Prejuízos</u>	<u>Patrimônio</u>
		<u>Social</u>	<u>a integralizar</u>	<u>acumulados</u>	<u>líquido</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2015		123.010.000	(68.120.000)	(550.453)	54.339.547
Capital subscrito	13	35.090.000	(35.090.000)	-	-
Capital integralizado	13	-	103.210.000	-	103.210.000
Prejuízo do exercício		-	-	(4.650.449)	(4.650.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		158.100.000	-	(5.200.902)	152.899.098
Capital subscrito	13	40.000.000	(40.000.000)	-	-
Capital integralizado	13	-	27.230.000	-	27.230.000
Prejuízo do exercício		-	-	(8.015.456)	(8.015.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		198.100.000	(12.770.000)	(13.216.358)	172.113.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

<i>(Em Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(8.015.456)	(4.650.449)	(8.015.456)	(4.650.449)
Depreciações e amortizações	-	3.511	10.381.680	3.511
Resultado com equivalência patrimonial	8.144.392	4.007.153	-	-
Juros sobre debêntures	-	-	23.293.487	22.125.853
Variação nos ativos e passivos				
Aumento de outros ativos circulantes	(1.339)	-	(32.805)	-
Aumento de impostos a recuperar	(292.951)	(149.225)	(815.155)	(701.441)
Aumento (redução) em adiantamento de viagens	474	(580)	(5.616)	(4.040)
Aumento em adiantamento de fornecedores	-	-	(28.036)	-
Aumento (redução) em despesas antecipadas	-	-	81.261	(94.189)
Aumento em duplicatas a receber	-	-	(166.495)	-
Aumento em títulos de créditos a receber	-	-	(15.050.750)	-
Aumento (redução) em fornecedores	31.641	(87.330)	45.565.649	6.837.604
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(11.014)	8.955	3.602.964	1.692.014
Aumento em compensação ambiental	-	-	3.217.043	-
Aumento em obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	86.511	26.792
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(144.253)	(867.965)	62.114.282	25.235.655
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Aporte de capital em controladas	(45.064.631)	(80.047.298)	-	-
Ágio em investimentos	(2.808.369)	-	(2.808.369)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(117.096.999)	(556.972.425)
Baixa de imobilizado	102.976	-	5.582.029	-
Baixa de intangível	-	-	4.370.199	-
Aquisição de intangível	-	(2.875)	-	(905)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(47.770.024)	(80.050.173)	(109.953.140)	(556.973.330)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento				
Emissão de debêntures	-	-	12.786.023	465.000.000
Integralização de capital	27.230.000	103.210.000	27.230.000	103.210.000
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	27.230.000	103.210.000	40.016.023	568.210.000
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(20.684.277)	22.291.862	(7.822.835)	36.472.325
Demonstração do redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	22.308.733	16.869	36.489.390	17.065
No fim do exercício	1.624.456	22.308.733	28.666.555	36.489.390
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(20.684.277)	22.291.864	(7.822.835)	36.472.325
Transações que não afetam caixa e equivalente de caixa:				
Juros de empréstimos capitalizados para imobilizado				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Jorge Holding S.A. “Companhia”, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, situada à Rod. Doutor Mendel Steinbruch, S/N, Km 08, sala 152 - Distrito Industrial foi constituída em 27 de dezembro de 2012 e suas investidas, Nova Ventos de Parazinho Energias Renováveis S.A., Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A. e Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A. entraram em fase operacional, de acordo com os despachos nºs 2589, 2590 e 2591, de 27 de setembro de 2016., respectivamente , para início da operação comercial a partir do dia 28 de setembro de 2016, e a Nova Ventos de Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A. e Nova Ventos de Formoso Energias Renováveis S.A. entraram em fase operacional, de acordo com os despachos nºs 2675 e 2694, de 05 de outubro de 2016, respectivamente, para início da operação comercial a partir do dia 06 de outubro de 2016, quando a energia produzida pelas unidades geradoras ficou disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo EólicoTianguá, detido pelas controladas, possui capacidade estimada de 130,1 MW.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

31 de dezembro de 2016					
Controladas	Ativo	Passivo	PL	Resultado	% de participação
Tianguá	167.791.365	126.785.237	41.044.148	78.023	100%
Tianguá Norte	171.122.272	138.904.766	32.317.505	(2.865.684)	100%
Morro do Chapéu	163.281.153	127.964.810	35.316.343	(2.156.768)	100%
Parazinho	166.847.656	141.099.051	25.748.605	(1.892.221)	100%
Formoso	165.458.001	132.487.001	32.971.000	(1.307.741)	100%

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses

passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.6 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos (debêntures) sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos
Linhas de transmissões	20 anos
Torres de geração de energia	20 anos
Obras civis	20 anos

2.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação,

então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGC. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGC ou grupos de UGC que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pró rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.8 Intangível

(i) Ativo intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento do projeto e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme prazo de concessão da outorga.

(iii) *Baixa de ativos intangíveis*

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.9 *Receita operacional*

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. O momento do reconhecimento de receita ocorre pela transferência da energia elétrica para a CCCE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ou para terceiros no mercado contratado de energia.

2.10 *Receitas e despesas financeiras*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.11 *Imposto de renda e contribuição social*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.12 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

A Companhia ainda não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

3 Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	8.084	7.692	15.418.629	54.816
Aplicações financeiras (a)	1.616.372	22.301.041	13.241.926	36.434.574
Total	1.624.456	22.308.733	28.660.555	36.489.390

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Bradesco, Santander e Pine, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 100% CDI referente as aplicações do Pine e taxa de 90% do CDI referente as aplicações do Santander e do Bradesco..

4 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR sobre aplicação financeira	442.201	149.250	1.498.042	701.466
IR a recuperar	-	-	638	-
PIS a recuperar	-	-	486	-
COFINS a recuperar	-	-	1.060	-
INSS terceiros a recuperar	-	-	200	-
CSRF a recuperar	-	-	135	-
ICMS - Diferencial de alíquota	-	-	16.060	-
Total	442.201	149.250	1.516.621	701.466

5 Créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamento de viagens	106	580	9.656	4.040
Adiantamento de fornecedores	1.339	-	28.035	-
Outras contas a receber	-	-	4.770	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	14.673.637	-
Comer Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	-	-	571.644	-
Total	1.445	580	15.287.742	4.040

6 Investimentos

A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

Companhia	Participação	2016			
		31/12/2016	Controladora		
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Tianguá	100%	41.044.148	78.023	41.044.148	78.023
Tianguá Norte	100%	32.317.505	(2.865.684)	32.317.505	(2.865.684)
Morro do Chapéu	100%	35.316.342	(2.156.768)	35.316.342	(2.156.768)
Parazinho	100%	25.748.603	(1.892.221)	25.748.603	(1.892.221)
Formoso	100%	32.971.000	(1.307.741)	32.971.000	(1.307.742)
Total				167.257.598	(8.144.392)

2015

Companhia	31/12/2015			Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Tianguá	100%	32.542.125	(586.906)	32.698.936	(586.906)
Tianguá Norte	100%	29.883.189	(881.181)	30.046.663	(881.181)
Morro do Chapéu	100%	24.073.110	(1.232.044)	24.235.886	(1.232.044)
Parazinho	100%	21.362.824	(581.141)	21.523.955	(581.141)
Formoso	100%	21.667.741	(725.882)	21.831.919	(725.882)
Total				130.337.359	(4.007.154)

Movimentação dos investimentos

Investidas	01/01/2016	Aumento (redução)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2016
Nova Vento do Morro do Chapéu	24.235.886	13.237.224	(2.156.768)	35.316.342
Nova Vento do Parazinho	21.523.955	6.116.869	(1.892.221)	25.748.603
Nova ventos Formoso	21.831.919	12.446.823	(1.307.742)	32.971.000
Nova Ventos de Tianguá	32.698.936	8.227.189	78.023	41.004.148
Nova ventos de Tianguá Norte	30.046.663	5.036.526	(2.865.684)	32.217.505
Total líquido do investimento	130.337.359	45.064.631	(8.144.392)	167.257.958

Investidas	01/01/2015	Aumento (redução)	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transferências	31/12/2015
Nova Vento do morro do Chapéu	922.970	24.544.960	(1.232.044)	-	24.235.886
Nova Vento do Parazinho	921.459	21.183.637	(581.141)	-	21.523.955
Nova ventos Formoso	923.546	21.634.255	(725.882)	-	21.831.919
Nova Ventos de Tianguá	921.789	32.364.054	(586.907)	-	32.698.936
Nova ventos de Tianguá Norte	922.767	30.005.076	(881.180)	-	30.046.663
Total líquido do investimento	4.612.531	129.731.982	(4.007.154)	-	130.337.359

7 Imobilizado

Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	46.517	-
Veículos	-	71.975	-	71.975
Móveis e utensílios	-	-	31.284	-
Equipamentos e processamento de dados	9.625	10.248	13.232	10.248
Imobilizado em andamento (a)	-	30.378	-	103.786.379
Adiantamentos diversos (b)	-	-	-	503.592.419
Subcrédito social	-	-	476.704	-
Compensação ambiental	-	-	3.563.000	-
Linhas de transmissões	-	-	1.335.790	-
Torres de geração de energia elétrica	-	-	534.540.125	-
Obras civis	-	-	247.064.975	-
Total	9.626	112.602	787.071.627	607.461.021

Movimentação do imobilizado

Controladora	Saldo em 01/01/2016	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Veículos	71.976	(71.976)	-	-
Equipamentos e processamento de dados	10.247	-	(622)	9.625
Obras civis em andamento	30.378	(30.378)	-	-
Total	112.601	(102.354)	(622)	9.625

Consolidado	Consolidado					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	48.165	-	-	(1.648)	46.517
Veículos	71.976	-	-	(71.796)	-	-
Móveis e utensílios	-	37.566	-	(4.457)	(1.824)	31.285
Equipamentos e processamento de dados	10.247	3.725	-	-	(741)	13.232
Imobilizado em andamento (a)	103.786.379	-	(103.756.001)	(30.378)	-	-
Adiantamentos diversos (b)	503.592.419	-	(498.120.483)	(5.471.936)	-	-
Subcrédito social	-	476.704	-	-	-	476.704
Compensação ambiental	-	3.563.000	-	-	-	3.563.000
Linhas de transmissões	-	578.100	780.941	-	(23.251)	1.335.790
Torres de geração de energia elétrica	-	91.682.917	449.620.689	-	(6.763.481)	534.540.125
Obras civis	-	99.184.138	151.474.854	-	(3.594.017)	247.064.977
Total	607.461.021	195.574.315	-	(5.578.567)	(10.384.962)	787.071.627

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

(b) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores.

8 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Software	3.892	3.892	7.728	6.558
Intangível em formação	-	-	3.782.923	8.154.292
Ágio em investimento	2.808.369	-	2.808.369	-
Total	2.812.261	3.892	6.599.020	8.160.850

Movimentação do intangível

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Software	3.892	-	-	-	3.892
Ágio em investimento	-	2.808.369	-	-	2.808.369
Total	3.892	2.808.369	-	-	2.812.261

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Software	6.557	-	-	1.170	7.728
Intangível em formação	8.154.292	-	(4.371.369)	-	3.782.923
Ágio em investimento	-	2.808.369	-	-	2.808.369
Total	8.160.850	2.808.369	(4.371.369)	(1.170)	6.599.020

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2015
Software	1.017	2.875	-	-	3.892
Total	1.017	2.875	-	-	3.892

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2015
Software	3.682	2.876	-	-	6.558
Intangível em formação	7.345.923	808.369	-	-	8.154.292
Total	7.439	-	-	-	8.160.850

Refere-se, substancialmente, ao custo desenvolvimento do projeto para a implantação dos parques eólicos. Os projetos abrangeram gastos com estudos das áreas, estudos de carga e aerogeradores instalados nos parques eólicos, fornecimento eletromecânico, construção civil, elaboração de projetos, serviços de topografia, sondagens e geologia.

9 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Casa dos Ventos Energias Renováveis – nota 20	31.641	-	355.865	-
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda.	-	-	56.082.854	-
Encargos de Transmissões e Conexão	-	-	279.742	-
Fornecedores nacionais	-	-	66.421	4.420.574
Laureano e Meirelles Engenharia Ltda.	-	-	-	471.025
Geotecnia e Fundações Este Ltda.	-	-	-	353.162
Ipiranga Produtos de Petróleo	-	-	-	222.063
Banco Santander	-	-	-	1.558.107
Nexans Brasil S.A.	-	-	-	187.313
Lomacon Locação e Construção Ltda.	-	-	-	3.500.030
Produtos Eletrônicos Frata Ltda.	-	-	-	506.959
Total	31.641	-	56.784.882	11.219.233

10 Debêntures

	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Debêntures (a)	3% a.a. + Taxa DI	-	-	601.682.679	487.125.853
		-	-	601.682.679	487.125.853

- (a) As controladas possuem instrumentos particulares de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Garantias: (i) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, direitos emergentes, de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes das autorizações das SPE e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e quaisquer outros contratos de compra e venda de energia das SPE; (ii) alienação fiduciária da totalidade do capital social das SPEs e da Companhia ("Alienação Fiduciária de Ações"); (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos dos Projetos detidos pelas SPEs; e (iv) além de fiança da Casa dos Ventos Holding S.A., da Companhia, das demais controladas e do controlador final Sr. Mario Araripe.

10.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Descumprimento da destinação dos recursos obtidos por meio da captação de recursos efetuada;

- (b) Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária com instituição financeira por parte do emissor e seus intervenientes;
- (c) Rescisão, resiliação voluntária ou involuntária de qualquer dos contratos do projeto;
- (d) Não cumprimento de qualquer decisão final judicial, arbitral ou administrativa ou sentença judicial transitado em julgado pelo emissor e seus intervenientes;
- (e) Protesto de títulos contra o emissor e intervenientes a partir do montante de R\$ 500.000;
- (f) Transferência a terceiros dos direitos e obrigações do emissor e seus intervenientes, sem a prévia concordância escrita de debenturistas;
- (g) Mudança ou alteração no objeto social da emissora e suas intervenientes de forma a alterar suas atividades principais;
- (h) Não manutenção da escritura de emissão até o cumprimento integral das obrigações garantidas, os instrumentos de garantia, o contrato de depósito e administração de contas e fianças;
- (i) Caso a emissora e os intervenientes realizem sem o aviso prévio e consentimento dos debenturistas: i) contratação de empréstimos e mútuos ou outras formas de endividamento; ii) realize transações com qualquer pessoa ou entidade relacionada, direta ou indiretamente à emissora e a São Jorge.
- (j) Caso a emissora e suas intervenientes realizem novos investimentos ou assumam compromissos de investimentos além dos investimentos necessários para a construção e implementação do projeto;
- (k) Redução do patrimônio líquido do fundo FIM Salus, salvo se o seu patrimônio líquido permanecer em montante de no mínimo R\$ 550.000.000;
- (l) Distribuir qualquer tipo de remuneração na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas;
- (m) Celebração de aditamentos e/ou alterações dos contratos do projeto (exceto com relação aos CCEAR) que gerem aumento individual ou agregado superior a R\$ 14.000.000;

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

As controladas veem cumprindo todas as condições do contrato.

11 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PIS a pagar	169	1.708	2.122	3.409
COFINS a pagar	1.038	10.513	11.735	20.977
IRRF - Terceiros pessoa jurídica	1.096	1.096	8.205	59.380
CSLL retenção	-	-	1.436	19.089
PIS sobre o faturamento	-	-	95.317	-
COFINS sobre o faturamento	-	-	439.924	-
CSRF a recolher	-	-	46.704	81.715
ICMS a recolher	-	-	19.651	-
ICMS diferencial de alíquota	-	-	4.544.440	101.341
ISS retenção	-	-	65.930	1.139.399
INSS a recolher	-	-	18.942	7.756
INSS terceiros	-	-	45.574	277.371
FGTS a recolher	-	-	5.713	1.635
FGTS sobre 13º salário	-	-	-	245
IRRF a recolher	-	-	11.486	1.898
Total	2.303	13.317	5.317.179	1.714.215

12 Compensação ambiental

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para compensação ambiental	-	-	3.217.043	-
Total	-	-	3.217.043	-

A constituição de provisão ambiental está constituída de acordo com a determinação do órgão ambiental do Governo do Estado do Ceará e tem contrapartida no imobilizado.

13 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 198.100.000 em 2016 (R\$ 158.100.000 em 2015) e está representado por 198.100.000 (Cento e noventa e oito milhões, cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (158.100.000 em 2015).

O capital social integralizado é de R\$ 185.330.000 em 2016 (R\$ 158.100.000 em 2015) e está representado por 185.330.000 (Cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e trinta mil,) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (158.100.000 em 2015).

a. Aumento de capital

De acordo com a AGE de 13 de maio de 2016 foi subscrito capital no montante de R\$ 40.000.000 e integralizado capital no montante de R\$ 27.230.000 em sua totalidade com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

14 Imposto de renda e contribuição social

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

15 Receitas operacionais

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a Companhia e suas controladas e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

As controladas iniciaram suas operações em 28 de setembro de 2016 e portanto, passaram a registrar receitas a partir desse período.

	Consolidado 2016
Energia elétrica - Geração própria	37.476.275
PIS	(349.927)
COFINS	(1.613.401)
ICMS	(49.835)
Total	<u>35.463.112</u>

16 Custos operacionais

	Consolidado 2016
Encargos de transmissão e conexão	(1.284.414)
Gastos com pessoal	(1.075.437)
Depreciação	(8.380.060)
Total	<u>(10.739.911)</u>

17 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços prestados pessoa jurídica	(117.095)	(365.971)	(1.043.472)	(2.504.981)
Serviços de consultoria	(55.125)	-	(283.610)	-
Viagens, diárias e ajuda de custo	(17.558)	(14.806)	(107.035)	(26.496)
Tributos	(100.569)	(46.891)	(366.959)	(169.887)
Depreciação	(15.820)	(3.511)	(1.196.265)	(3.511)
Gastos diversos	(98.108)	(64.375)	(5.259.928)	(1.054.205)
Compartilhamento de despesa –nota 20	(504.480)	(1.152.421)	(3.405.443)	(1.583.979)
Gastos com pessoal	-	-	-	(112.053)
Arrendamento	-	-	(4.500)	(6.000)
Seguros	-	-	(831.031)	(1.214.711)
Recuperação de despesas	2.858	-	4.108	482
Total	(905.897)	(1.647.975)	(12.494.135)	(6.675.341)

18 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Rendimentos aplicações financeiras	1.059.761	1.008.563	1.525.530	2.047.855
Descontos obtidos	34	-	13.464	4.734
Total das receitas financeiras	1.059.795	1.008.563	1.538.994	2.052.589
Juros pagos e/ou incorridos	(3.841)	(2)	(18.148)	(2.582)
Tarifas bancárias	(10.958)	(3.858)	(82.266)	(21.945)
Multas	(10.162)	(23)	(143.280)	(3.170)
Juros, comissões e outras despesas bancárias	-	-	(269.406)	-
Juros sobre debêntures - Santander	-	-	(9.534.666)	-
Juros sobre debêntures – Bradesco	-	-	(9.057.933)	-
Juros sobre debêntures - Pine	-	-	(4.700.888)	-
Total despesas financeiras	(24.961)	(3.883)	(23.806.587)	(27.697)
Despesas (receitas) financeiras líquidas	1.034.834	1.004.680	(22.267.594)	2.024.892

19 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

20 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Fornecedor (a)				
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A (9)	<u>31.641</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	31.641	-	-	-
Resultado				
Compartilhamento de despesas (a)				
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A (17)	<u>504.480</u>	<u>1.152.420</u>	<u>3.405.443</u>	<u>1.583.979</u>
Total	504.480	1.152.420	3.405.443	1.583.979

- (a) A Companhia controladora possui despesas em 2016 de R\$504.480 (R\$ 1.152.420 em 2015) e um contas a pagar no valor de R\$ 31.641 e o consolidado possui despesas em 2016 de R\$ 3.405.443(R\$ 1.583.979 em 2015).

21 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Instrumentos Financeiros por Categoria

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Controladora				
Caixas e equivalentes de caixa	1.624.456	-	22.308.733	-
Consolidado				
Caixas e equivalentes de caixa	28.666.555	-	36.489.390	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Controladora				
Fornecedores e outras contas a pagar	-	31.641	-	-
Consolidado				
Fornecedores	-	56.784.866	-	11.219.233
Debêntures	-	601.682.679	-	487.125.853

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2016		2016		2015		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil (não auditado)	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixas e equivalentes de caixa	1.624.456	1.624.456	28.666.555	28.666.555	22.308.733	22.308.733	36.489.390	36.489.390
Fornecedores	(31.641)	(31.641)	(56.784.882)	56.784.882	-	-	(11.219.233)	(11.219.233)
Debêntures	-	-	(601.682.679)	601.682.679	-	-	(487.125.853)	(487.125.853)
Total	1.592.815	1.592.815	(629.801.006)	(629.801.006)	22.308.733	22.308.733	(461.855.696)	(461.855.696)

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

d. **Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2016	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos Controladora					
Fornecedores e outras contas a pagar	(31.641)	(31.641)	-	-	-
Total	(31.641)	(31.641)			
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	(56.784.882)	(56.784.882)	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	(601.682.679)	(601.682.679)	-	-	-
Total	658.467.561	658.467.561			

31 de dezembro de 2015	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos Controladora					
Fornecedores e outras contas a pagar	(31.641)	(31.641)	-	-	-
Total	(31.641)	(31.641)			
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	(11.219.233)	(11.219.233)	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	(487.125.853)	(487.125.853)	-	-	-
Total	(498.345.086)	(498.345.086)			

22 Eventos subsequentes

Em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu o desembolso integral referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e SPE do Grupo, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 545.000.000.

Com os recursos liberados foram quitadas as debêntures citadas na nota explicativa 10.